

RELAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL ENTRE O CONTINENTE AFRICANO E A AMÉRICA LATINA

RELACIÓN HISTÓRICO-CULTURAL ENTRE CONTINENTE AFRICANO Y AMÉRICA LATINA

Mamadou Alpha Diallo¹

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo analisar as relações histórico-culturais (do ponto de vista das relações internacionais) entre a África e a América Latina. Neste sentido, busca-se, por meio de uma análise histórica, entender o impacto da escravidão e o peso do seu processo histórico nas posições socioeconômicas, política e cultural de milhões de afrodescendentes na América Latina. Constatando a posição marginal ocupada pelos afro-latinos, conclui-se que reforçar as relações afro-latino-americanas por meio do aperfeiçoamento da pesquisa, ensino e extensão sobre o assunto, buscando mostrar os valores históricos e a contribuição positiva do negro e do índio na edificação dos atuais Estados, é um dos caminhos no resgate da autoestima do afro-latino e, para tanto, o estreitamento dos laços com o continente africano é importante.

Palavras-chave: África. América Latina. Relações histórico-culturais.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las relaciones históricas culturales (desde el punto de vista de las relaciones internacionales) entre África y América Latina. En este sentido se busca a través de un análisis histórico comprender el impacto de la esclavitud y el peso de su proceso histórico en las posiciones socioeconómicas, política y cultural de millones de afro descendientes en América Latina. Constatando la posición marginal ocupada por los afro latinos, se concluye que reforzar las relaciones afro latinoamericanas a través de perfeccionamiento de la investigación, enseñanza y extensión sobre el tema, buscando mostrar los valores históricos y la contribución positiva del negro y del indio en la construcción de los actuales Estados, es uno de los caminos para el rescate de la autoestima del afro latino y, para tanto, para estrechar los lazos con el continente africano es importante.

Palabras clave: África. América Latina. Las relaciones históricas y culturales.

¹ Professor do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA).



Primeiramente, é importante ressaltar a minha alegria e satisfação de receber o convite para elaborar um texto abordando as relações histórico-culturais entre o continente africano e a América Latina. Ao mesmo tempo, confesso a minha apreensão e medo de enfrentar um desafio dessa altura, devido a vários motivos, entre os quais pode se destacar a amplitude do tema que, ao ser anunciado, a primeira pergunta que vem à cabeça é: o que se entende por relações histórico-culturais? Em seguida, a dúvida é como falar do continente africano sabendo da diversidade, das diferenças, da complexidade e simplesmente da inconsistência de grande parte dos trabalhos acadêmicos dedicados “ao continente africano”. O mesmo pode se dizer quando se refere à América Latina, pois também é uma região de uma grande diversidade e riquezas socioculturais, políticas e históricas.

Assim, fica claro o tamanho do desafio de se falar dessas duas regiões em algumas páginas. No entanto, isso não significa ausência de relações histórico-culturais entre o continente africano e a América Latina, nem impossibilidade de se falar das similaridades e diferenças de forma geral entre os dois continentes vizinhos no chamado Atlântico Sul. Principalmente quando se sabe da amplitude, complexidade e riqueza da história dos povos africanos e afrodescendentes.

Cada vez mais, a diáspora africana tem sido distribuída dentro de contextos e regiões diversos, incluindo o Atlântico, o Índico e o Pacífico, bem como no mundo islâmico (FLORVIL, 2012) e há diversos estudos sobre os povos e comunidades diaspóricas nas suas mútuas relações, revelando a interconexão dos povos africanos e afrodescendentes através do globo (MANNING, 2009; CURRY; DUKE; SMITH, 2009; HINE; KEATON; SMALL, 2009).

Essa interconexão pode ser analisada entre a África e qualquer parte do mundo. No entanto, pelas necessidades desse artigo, foca-se a relação histórico-cultural entre África e América Latina e busca-se entender o impacto da escravidão nessa relação, assim como analisar por que o mesmo processo histórico continua determinando a posição socioeconômica, política e cultural de milhões de afrodescendentes na América Latina, apesar das significativas contribuições e da importância desta relação histórico-cultural na construção do Estado e no resgate de valores e direitos.

ÁFRICA E AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Historicamente, a África e a América Latina estão intimamente relacionadas desde que os colonizadores portugueses ocuparam as duas margens do Atlântico Sul, no século XVI. Com a chegada ao Brasil da primeira leva de escravos africanos, em 1538, inicia-se uma longa fase de aproximação, baseada principalmente no tráfico — o qual se estende até 1850, quando entra em declínio. O processo da escravatura estabeleceu a primeira ponte que serviu de passarela para a migração forçada de milhões de africanos para o continente americano (KALY, 2011).

Ao longo deste período, a América Latina foi importadora de mão de obra negra que, com a miscigenação, se torna a base da composição social, principalmente brasileira. Deste modo, o relacionamento entre África e América Latina desde cedo foi importante, já que criou, por meio do



chamado Atlântico Sul, um dinâmico centro econômico mundial no qual o Brasil viabiliza o império português na região (DIALLO, 2012).

A partir do século XVIII, nota-se um deslocamento deste centro dinâmico do sul para o norte do Atlântico, devido à projeção e protagonismo das potências europeias que conquistaram e colonizaram o território americano (MOREIRA, 2010). No final deste mesmo século, estes países organizaram a Conferência de Berlim, que deu carta branca para a conquista e colonização da África. Deste modo, percebe-se que, tanto do lado africano quanto do latino-americano, as potências europeias determinaram direta e indiretamente as políticas externas da maioria dos países em diferentes momentos. Vale ressaltar que, se no caso latino-americano esta influência europeia foi interrompida (ou pareceu ser) depois da independência dos países, na África houve uma intensificação e continuação dela depois da declaração da independência política, afetando significativamente os processos socioeconômicos².

Assim, pode-se dizer que a história das duas regiões evoluiu concomitantemente e foi marcada pelos mesmos atores, do ponto de vista externo. Ou seja, as potências coloniais conquistaram, colonizaram as duas regiões por motivos parecidos e subjugaram ambas no mesmo período de tempo, apesar de a ocupação africana ter sido feita oficialmente depois das independências latino-americanas, que antecederam a Conferência de Berlim (1884–1885)³. No período em que Espanha e Portugal conquistavam e colonizavam o território americano, desde o império asteca até os pampas rio-grandenses, no final do século XVI (MOREIRA; QUINTEIROS; SILVA, 2010, p. 7), França, Inglaterra e Portugal se rivalizavam na costa oeste africana em busca de espaço a dominar, como bem mostra Barry (1985):

La concurrence franco-anglaise sur la côte de la Mauritanie abouti, à la suite de la guerre de sept ans, à l'occupation de Saint-Louis para les Anglais. cette période d'occupation anglaise de 1758 à 1783 sera marquée par un processus irréversible de desagregation du Waalo après un bref moment de redressement (BARRY, 1985, p. 177).

Obviamente, a intensidade desta presença se faz cronologicamente uma depois da outra, o que pode ser visto como consequência lógica das necessidades e limitações do expansionismo ocidental. Isto é, a forte presença numa região implicava em uma presença limitada na outra. Assim, pode-se afirmar que a independência latino-americana teve como consequência direta a intensificação da presença europeia na costa oeste africana e a intensificação da exploração das riquezas e povos daquele continente. Segundo Barry (1985), a ocupação inglesa da costa oeste africana abriu

² Portanto, se do lado latino-americano a Espanha subjugou as mais sólidas organizações sociais e políticas indígenas, do lado oeste africano, França e Inglaterra se dividiram nesse papel, apesar de Portugal ser o primeiro a chegar na região.

³ Esta periodização histórica das duas regiões nos dá uma falsa impressão de que a colonização africana aconteceu depois da independência latino-americana, assim como oculta a presença alternada ou invertida das potências coloniais nas duas regiões e não explica os reais motivos de a colonização e a independência latino-americanas antecederem a africana. Mais grave ainda, dá a entender que a história do imperialismo ocidental na África veio depois da latino-americana e que a escravização é somente um elemento no meio deste processo histórico.



um novo período na política colonial, pois a Senegâmbia⁴, ao mesmo título que as colônias das Américas, foi submetida ao comando direto da coroa britânica, que tentava inaugurar uma nova política colonial baseada na economia de plantação em detrimento do tráfico de escravos. Visto até a atualidade como o cordão umbilical, a ponte entre África e América Latina, o tráfico de escravos também pode ser considerado como o oceano que isolou e, continua isolando, social, política, econômica e culturalmente a população negra africana e afrodescendente. Ao tratar do desprestígio racial, desperdício social e branqueamento do êxito, Alain Pascal Kaly (2011) mostra que a escravidão é muito mais do que um fato histórico a ser apressadamente estudado, catalogado, analisado e musealizado e que

Os impactos negativos da escravidão e da colonização continuam vitimando milhares de jovens brasileiros não brancos em comunidades carentes ou favelas, nas quais as escolas são de pior qualidade e não oferecem uma alternativa consistente em relação à vulnerabilidade social de seu entorno (KALY, 2011, p. 24).

Essa afirmação traz informações importantes e permite fazer uma conexão direta com a temática juventude nas relações entre África e América Latina, debatida na Semana da Consciência Negra da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em novembro de 2014, já que é uma temática que dialoga de forma transversal com outras questões, como religião, movimentos sociais, ações afirmativas, políticas públicas, gênero e sexualidade (SOUZA, 1996). Em primeiro lugar, Kaly (2001) mostra como o processo histórico da escravidão continua afetando negativamente a juventude negra e carente no Brasil, fato que pode ser expandido para outros países da América Latina, como mostram os autores Henry Louis Gates Jr. e George Reid Andrews, em seus respectivos livros intitulados *Os negros na América Latina e América afro-latina, 1800–2000*.

Esses dois autores mostram a dimensão continental da atuação e contribuição da população negra nos processos socioeconômicos, políticos e culturais da América Latina. Em suma, as contribuições destes autores — Kaly (2011), Gates Jr. (2014) e Andrews (2007) — permitem apreender a especificidade brasileira, por ser o país com maior população negra da região, e mostram as características comuns que podem ser enxergadas na atuação dos afrodescendentes em toda a América Latina, a atual marginalização, discriminação e total isolamento, como ilustrado a seguir.

Desde que os negros foram colocados fora do mundo dos humanos pelo *Côde Noir*, de Colbert (1619–1683), não conseguiram de fato reintegrar-se plenamente ao mundo do trabalho pela “porta da frente”. No caso do Brasil, passado mais de um século da abolição jurídica da escravidão, será que o que está contido em “ser negro” no país (altamente interpenetrado, intermestiçado e ultramoderno) parou de ser sinônimo de crime, de debilidade psicológica, mental, moral, ética e intelectual? (KALY, 2011).

⁴ Senegâmbia é a região antigamente ocupada pelo império do Gaabu, depois pelo império do Mali, que engloba o que seria na atualidade os Estados do Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, República da Guiné e Mali.



A partir dessas linhas de Kaly, pode-se perguntar primeiro por que os negros não conseguiram reintegrar-se plenamente no mundo do trabalho pela “porta da frente” (e nem pela porta dos fundos). Responder a essa pergunta demandaria mais tempo e espaço. No entanto, de forma simples, pode-se afirmar que a não inserção do negro no mercado do trabalho é um dos impactos da escravidão e da colonização, ciclos que, apesar de declarados acabados, continuam de forma mais sofisticada a controlar e perpetuar o processo histórico, político e econômico dos séculos passados — escravidão, colonização, capitalismo e imperialismo —, com seu sistema desumano e violento aplicado ao negro, em nome das missões civilizadoras ou da dita superioridade racial. Assim, explica-se a falta de reintegração plena do negro no mundo do trabalho, o qual continua fechado para africanos e afrodescendentes na África, na América Latina e no restante do mundo.

O estado nacional latino-americano dito moderno se apropriou desse sistema e o aperfeiçoou, tornando ainda mais difícil a situação do afrodescendente, como mostra o autor supracitado ao se referir ao Brasil. Nos atuais estados nacionais brasileiro e latino-americano, ser negro é sinônimo de crime, de debilidade psicológica, mental, moral, ética e intelectual devido a um sistema complexo no qual a questão de raça e de origem social interfere diretamente nos direitos básicos, como a formação e a preparação para a atuação profissional e, conseqüentemente, a entrada no mercado de trabalho. Por mais negado e não assumido que seja pela sociedade, pode-se afirmar que a raça e a origem social são pré-requisitos para se ter acesso a certos lugares e funções sociais, e isto se expressa sutilmente de forma consciente (por poucos) e inconsciente na maioria das vezes. Tal sutileza pode ser captada por meio de questionamentos e interrogações simples, direcionados aos negros, africanos e afrodescendentes em lugares em que o imaginário coletivo não admite a presença desse grupo social, tais como universidades, *shoppings*, bancos, hotéis e aeroportos, para citar somente alguns. São perguntas e situações do tipo:

- * “Você quer falar com quem?”
- * “O senhor procura alguém?”
- * “O senhor é professor?”
- * “O senhor está esperando alguém?”
- * “Você está indo para onde?” (“Qual é a companhia aérea?”)
- * Quantas vezes a porta do banco é travada pelo segurança (por controle remoto) na cara de uma pessoa negra e esta ser obrigada a virar os bolsos?
- * Quantos são escolhidos “aleatoriamente” nas revistas por amostragem?

Estas perguntas, situações e práticas são tão frequentes que, para quem as vivencia, parecem um procedimento normal, rotineiro. Mas o curioso é que elas são feitas somente para quem tem a cor da pele escura, para quem é da raça negra, pois, na cabeça de quem questiona, a presença do negro é estranha. Isso mostra, ainda hoje, como a cor da pele e a questão de raça são consideradas determinantes no estrato social brasileiro e, apesar de tudo, este é um assunto difícil na academia devido a motivos diversos.

Primeiro, no caso do Brasil, o silêncio em torno desse debate se deve à imagem de democracia racial construída e vendida como estratégia de



aproximação com o continente africano e de inserção internacional desde a década de 1960. Os diplomatas e a elite brasileira acreditavam, no auge da independência africana, que ao Brasil poderia caber o importante papel de elo natural entre o continente africano e o mundo ocidental e, sobretudo, por ser a “única verdadeira democracia multicultural” do mundo (DÁVILA, 2011).

Segundo esse autor, o primeiro diplomata brasileiro enviado para construir a primeira embaixada do país na África, em Gana, segundo Dávila (2011), o embaixador Sérgio Corrêa do Lago, afirmava em seus primeiros relatórios que “a maneira mais ‘fácil’ de estabelecer essas relações seria utilizando-se o enorme acervo de nosso folclore comum ao da África Ocidental mandando grupos musicais para a África para dar shows”. Importa sublinhar neste discurso diplomático a palavra “folclore”, por ela simbolizar a sutileza do racismo à brasileira que infelizmente é tão enraizado que a utilizam com orgulho. Porém, por trás do folclore, da musicalidade afrodescendente, se esconde o desprezo — negro só sabe samba, música e a capitalização deste saber cultural para fins políticos. Obviamente, para as comunidades afrodescendentes, marginalizadas e excluídas social, política e economicamente, essa abertura é vista como uma grande oportunidade de vida e significa dar visibilidade à cultura afro numa sociedade embranquecida, de difícil acesso⁵.

Segundo, isso é tão enraizado na sociedade que passa a ser percebido como normal por quem poderia e deveria questionar, debater, pois são principalmente aqueles que tiveram acesso à educação e à formação. Porém, numa sociedade capitalista e individualista, o “sucesso” ou alcance de posições, que é privilégio para poucos, é visto como resultado do esforço pessoal, de luta individual — o famoso “batalhei muito na vida para conquistar meu espaço” — e, em contrapartida, quem não consegue é visto como desleixado, desmazelado, negligente. No entanto, é importante questionar essa meritocracia, que serve somente para justificar a diferença entre os poucos privilegiados pelo sistema e a maioria, a quem nem sequer foi dada a oportunidade e o direito de sonhar alto, já que não tem condições mínimas de vida digna devido ao fato de ser negro.

Voltando ao caso brasileiro com a democracia racial, a nomeação de Souza Dantas⁶ como embaixador em Gana é bastante ilustrativa deste “ser negro” no Brasil, assim como mostra o distanciamento dos poucos intelectuais e da elite bem-sucedida da realidade do negro e, desta maneira, reforça o preconceito e a ideia da meritocracia. Sobre isso, Dávila afirma:

A nomeação de Dantas tinha um significado muito peculiar, pois sua cor gerava resistência entre diplomatas e intelectuais brasileiros e provocou uma reflexão existencial por parte do próprio embaixador sobre a relação entre ser negro e representar o Brasil. Dantas lutava com o significado de

⁵ Neste sentido, permitem-me confessar que fico muito em dúvida, em eventos como a Semana da Consciência Negra, até que ponto as atividades folclóricas, principalmente das comunidades extrauniversitárias, contribuem na promoção da cultura (que é realmente importante e necessária) ou reforçam de forma inconsciente uma ideia negativa politicamente bem pensada e socialmente excludente.

⁶ Foi o primeiro diplomata nomeado para representar o Brasil na África Ocidental no início das independências africanas. Importante lembrar que Gana foi o primeiro país da África negra a conquistar a independência, em 1957, tendo como presidente Kwamé N’Krumah.



ser negro e brasileiro na África, compartilhando a alienação sentida por intelectuais afro-americanos como Richard Wright (DÁVILA, 2011, p. 39).

O caso de Dantas mostra como sua nomeação em terra africana, por ser negro, fez ressurgir sua consciência adormecida pela formação, pelo ambiente sociopolítico e cultural em que a visibilidade do preconceito e da discriminação era escondida pela sensação de sucesso (acadêmico) e pela excepcionalidade do fato. Sua estadia na África fez perceber e afirmar, segundo Dávila (2011):

Por motivos óbvios, não me seria difícil passar por um nativo, mas havia outros, sem qualquer relação com a cor e sim com o meu modo de ser e de ver as coisas, sendo como sou homem do outro mundo, que me impediram a intimidade na medida do desejado (DÁVILA, 2011, p. 89).

Na opinião de Dávila, o desafio constante de Dantas era enfrentar a diferença entre ser negro e ser africano, aliada com a questão de ser um homem negro cuja posição como representante do Brasil era criticada. Mas importa acrescentar que a posição de Dantas não era somente criticada, mas rejeitada pela elite governante brasileira e vista como irônica pelas autoridades ganenses e prova do racismo brasileiro. Assim, o então presidente de Gana, Kwamé N’Krumah, pan-africanista convicto, levou três meses para receber as credenciais do brasileiro, pois para ele mandar um negro, um preto, para África, mostrava que o Brasil tinha vergonha de ser representado por um negro. Caso contrário, o mandaria para Suécia, França, Inglaterra ou a outro país da Europa.

Outro fato ilustrativo da forma marcante do racismo escondido atrás da democracia racial pode ser vislumbrado na primeira visita de um chefe de Estado ao Brasil depois do golpe de 1964; fato inédito, pois foi Leopold Sédar Senghor, então presidente da República do Senegal, militante conhecido da negritude e da luta contra preconceitos raciais. Em virtude disso, se fez um esforço de mobilizar boa parte dos poucos soldados negros da força aérea para receber Senghor. Segundo Dávila (2011), a guarda de honra negra foi um dos muitos gestos dos anfitriões para apresentar ao presidente senegalês uma imagem de relações raciais pacíficas. O fato foi motivo de crítica ao governo por parte da imprensa e obrigou o comandante da base a fazer uma declaração em que afirmou:

Aqui no Galeão, como em toda a Força Aérea Brasileira (FAB), não temos problemas raciais. Todos são tratados em igualdade de condições; a mesma guarda foi formada, no mesmo dia à tarde, para receber o presidente Castelo Branco, que descia de helicóptero de Petrópolis e embarcava para Brasília. Nossa discriminação é contra os agentes subversivos que tudo fazem para desmoralizar as autoridades constituídas (DÁVILA, 2011, p. 158).

Essas linhas de Dávila permitem perceber que sempre houve uma certa hipocrisia no tratamento das questões raciais no país e que todo um esforço político-diplomático era feito para esconder o que realmente acontecia internamente. Esse esforço visava vender a imagem de democracia racial e levar adiante o ambicioso projeto de branqueamento, no



intuito de transformar uma população geralmente não-branca e pobre em pessoas embranquecidas na sua cultura, higiene, comportamento e até, eventualmente, na cor da sua pele (DÁVILA, 2006).

Desta maneira, percebe-se que a ideia de raça interfere na forma como se constituem expectativas de emprego e carreiras profissionais para a população negra do Brasil e da América Latina. Assim como a forma como são construídas memórias de orgulho a respeito de descobertas e invenções de cientistas, geralmente branqueando o êxito intelectual ou profissional (KALY, 2011). Portanto, pode-se entender a presença e a interferência de ideias de raça na configuração de projetos de desenvolvimento, nas políticas públicas e no mercado de trabalho do Brasil, da América Latina e mesmo da África, onde o capital financeiro e o mercado de trabalho são controlados por capitalistas da ex-metrópole e de seus aliados internos (elite africana), a partir do processo histórico da escravidão e de seus impactos para africanos e afrodescendentes.

A ESCRAVIDÃO:

QUAL O IMPACTO NAS RELAÇÕES AFRO-LATINO-AMERICANAS?

A escravidão é um dos processos mais dolorosos, cruéis e inumanos que o mundo conheceu e constitui o cordão umbilical sempre lembrado quando se trata das relações entre a África e as Américas. No entanto, o foco principal pouco trata de abordar a contribuição desse processo no avanço do capitalismo. Tão pouco mostra que, em síntese, é uma das principais bases tanto do surgimento dos Estados-Nações quanto da hierarquização socioracial latino-americana. Igualmente, abordar a escravidão nas atuais relações entre a África e a América Latina sem mostrar a importância dos movimentos da diáspora africana e das sociedades indígenas seria, no mínimo, negar o avanço da democracia e da justiça social registrado nos últimos anos nos estados latino-americanos.

O capitalismo, como sistema, se desenvolveu desde os fins da Idade Média e se estabeleceu nos séculos XVIII e XIX na Europa Ocidental, período que coincide com o auge do comércio de escravos africanos para as Américas e início do processo de independência e formação dos estados nacionais na América Latina. O capitalismo constituiu-se como um sistema econômico, político e social, baseando-se nas relações entre a burguesia e proletariado, duas classes antagônicas (LENIN, 1982; ARRIGHI, 1996; ESTENSSORO, 2003).

A burguesia é detentora da propriedade privada, dos meios de produção e é empregadora. O proletariado é formado pelos trabalhadores, que somente contam com sua força de trabalho. O sistema capitalista se alimenta dessa relação entre burguesia e proletariado para acumular capital. Nesta lógica, o que se busca do ponto de vista econômico é a criação de excedente conhecido na economia marxista como mais-valia, isto é, o valor adicionado pelos trabalhadores às matérias-primas que se divide em salário (pago ao trabalhador) e o lucro destinado ao empregador (burguês) sobre o inteiro montante que adiantou em matérias-primas e salários (MARX, 1980 apud SOUZA, 1996). Neste sentido, o sistema capitalista se



alimenta da relação entre burguesia e proletariado para acumular capital pela produção de mais-valia.

Certamente, a busca pela mais-valia gerada pela mão de obra constitui a base da escravidão, pois, uma vez descoberto o Novo Mundo, partiu-se em busca de trabalhadores para melhor explorar as novas terras *plantations* e abastecer o mercado mundial. Assim, o plantio escravista colonial é uma organização econômica voltada para o mercado com a função primordial não de prover consumo imediato dos produtores, mas de abastecer o mercado mundial (GORENDER, 2010). Isto significa que se tratava de uma economia capitalista, pois cabia a ela o controle do mercado mundial e se utilizava de seus diversos paradoxos em nome do conceito de produção de utilidades para poucos ricos e muitos pobres (N'KRUMAH, 1967).

Desse modo, percebe-se que, com a colonização das novas terras nas Américas e a exploração destas com o uso de mão de obra escrava trazida à força da África, a acumulação capitalista somente poderia prosperar impulsionando a industrialização dos países europeus, mestres deste sistema triangular (Europa–África–América). Em seu livro *Capitalism & slavery* (1944), Eric Williams mostra que tanto a criação do sistema bancário europeu quanto o desenvolvimento da indústria foram frutos da acumulação gerada pelo comércio triangular. Ele afirma ainda que foi o capital acumulado pelo trabalho escravo e pelo comércio no oeste da Índia que financiou as pesquisas de James Watt, o qual introduziu o motor a vapor, base da Revolução Industrial. É importante notar que a Revolução Industrial teve um impacto não somente econômico, mas político e social em âmbito mundial, pois mudou a lógica da produção, aumentou a necessidade do mercado consumidor e provocou — ou, pelo menos, acelerou — a Independência dos Estados Unidos da América (1776).

Mas a base de tudo isso foi o sistema escravagista que, conforme Williams (1944), estimulou a Revolução Industrial por meio da produção de mercadoria, capital e mercado consumidor nas Antilhas Britânicas. Com a independência dos Estados Unidos, em 1776, e o surgimento dos movimentos abolicionistas, porém, esse sistema entra em declínio.

Esses acontecimentos citados por Williams marcam o início de um novo processo em que os negros e escravos serão grandes protagonistas, pois, juntamente ao declínio do colonialismo britânico nas Américas, entram em pauta os processos de emancipação dos povos e as lutas dos negros contra o racismo, contra a discriminação e por mais direitos e até mesmo o reconhecimento da existência de uma identidade negra diaspórica. Tal objetivo nasce da experiência acumulada e compartilhada da escravidão, da emancipação e representa, de certo modo, a base das identidades negras diaspóricas e é precisamente nas memórias dessas experiências e nas lutas contra o racismo e a discriminação racial que se funda politicamente a identidade cultural dos negros no ocidente (GILROY, 2001; ZUBARAN, 2008).

Segundo Zubaran (2008), a noção de diáspora negra é extremamente esclarecedora para a compreensão dos processos de racialização no Ocidente, porque ultrapassa as perspectivas nacionais e permite recuperar a experiência da diáspora global das pessoas negras nas Américas, no Caribe e na Europa, numa longa história de interconexões culturais que resultaram de uma série de migrações forçadas.



Em suma, percebe-se que a diáspora constituída pelo processo histórico da escravidão foi a base da consolidação da Revolução Industrial, catalisadora do capitalismo, a fonte de inspiração dos regimes representativos e de uma noção mais radical dos direitos do homem, mas também base da expansão da escravidão negra no Sul dos Estados Unidos, no Império do Brasil e nas colônias espanholas de Cuba e Porto Rico (BLACKBURN, 2011). Na opinião desse autor, as revoltas dos negros diaspóricos em geral e especificamente a do Haiti encorajaram “os fazendeiros do Brasil, de Cuba e dos EUA a tomarem precauções e estabelecerem uma base social mais ampla” para seus regimes escravistas, estabelecendo barreiras raciais mais rígidas nos EUA, a rejeição do liberalismo político pelos *hacendados* cubanos e a concepção de cidadania ‘desracializada’ no Brasil e na América Latina.

Enfim, uma reflexão mais apurada a respeito das relações entre África e América Latina deve ser capaz de demonstrar que o surgimento do Estado-Nação latino-americano e as hierarquizações sociorraciais na América Latina têm como base a escravidão, assim como os movimentos das diásporas africanas e das sociedades indígenas têm consequências positivas nos avanços registrados nas últimas décadas em termos de democracia e de justiça social nos países latino-americanos.

Neste sentido, conclui-se que reforçar as relações afro-latino-americanas passa pelo aperfeiçoamento da pesquisa, ensino e extensão sobre o assunto, em que se busca mostrar os valores históricos e a contribuição positiva do negro e do índio na edificação dos atuais Estados e valores (culturais, políticos e religiosos) latino-americanos, resgatando, desse modo, a autoestima de milhões de afrodescendentes na região. Para tanto, é importante buscar estreitar os laços político-diplomáticos entre os países dos dois lados do Atlântico, assim como aproximar seus organismos regionais e, juntos, trabalhar na eliminação das hierarquias baseadas na cor da pele, nas desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais herdadas das construções históricas do período da escravidão ainda mantidas pelo Estado moderno, pois este não cumpre com suas principais funções de fornecer direitos básicos a todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 408 p.
- BARRY, Boubacar. *Le royaume du Waalo: le Senegal avant la conquête*. Paris: Karthala, 1985.
- BLACKBURN, Robin. *The american crucible: slavery, emancipation and human rights*. Londres: Verso, 2011.
- CURRY, Dawne Y.; DUKE, Eric D.; SMITH, Marshanda A. (Eds.) *Extending the diaspora: new histories of black people*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2009.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945*. São Paulo: UNESP, 2006.
- _____. *Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DIALLO, Mamadou Alpha. Relações Sul-Sul: o que os africanos pensam da política externa brasileira? In: LADWIG, Nilzo Ivo; SANTOS, Rogério da Costa (Orgs.). *Relações Internacionais, gestão do conhecimento*

e estratégias de desenvolvimento: debates interdisciplinares na primeira década do novo milênio. Palhoça: Unisul, 2012. p. 99-120.

ESTENSSORO, Luís. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina.* 2003. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.

FLORVIL, Tiffany. Traçando rotas e comunidades da diáspora africana. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, p. 265-77, 2012.

GATES JR., Henry Louis. *Os negros na América Latina.* Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.* São Paulo: 34, 2001.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

HINE, Darlene Clark; KEATON, Trica Danielle; SMALL, Stephen (Eds.). *Black Europe and the African diaspora.* Champaign, IL: University of Illinois Press, 2009.

KALY, Alain Pascal. Desprestígio racial, desperdício social e branqueamento do êxito. *Revista Espaço Acadêmico*, São Ludgero, v. 11, n. 126, p. 20-31, 2011.

_____. O ser preto africano no « paraíso terrestre » brasileiro: um sociólogo senegalês no Brasil. *Lusotopie*, Bordeaux, p. 105-201, 2001.

LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANNING, Patrick. *The African diaspora: a history through culture.* Nova York: Columbia University Press, 2009. 394 p.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEIROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. *As relações internacionais da América Latina.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

N'KRUMAH, Kwamé. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo.* Tradução de Maurício C. Pedreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Nali de Jesus de (Coord.). *Introdução à economia.* São Paulo: Atlas, 1996.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism & slavery.* Chapel Hill: University of Norte Carolina Press, 1944.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-87, jul. 2008.